

Retoma de ajuda normal do FMI só depois de Outubro

- Ari Aisen, representante residente da instituição em entrevista ao **domingo**



Jorge Rungo
jorge.rungo@noticias.co.mz

As discussões em torno de uma eventual retoma da relação normal entre Moçambique e os seus parceiros de cooperação internacional, encimados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), só serão feitas depois das eleições gerais que vão ter lugar em Outubro "caso o futuro Governo assim o deseje".

Enquanto isso, o FMI e o Banco Mundial sinalizam para o mundo a necessidade de se prestar a assistência ao país no âmbito da reconstrução pós-ciclones Idai e Kenneth, com a concessão de cerca de 120 milhões de dólares pelo FMI, enquanto o Banco Mundial avança com 90 milhões.

A zona Centro do país foi assolada recentemente pelo ciclone Idai que destruiu infra-estruturas e afectou negativamente o funcionamento das instituições e o tecido em-

presarial. Qual será o impacto deste ciclone nas perspectivas económicas para Moçambique?

A ocorrência do ciclone Idai veio interromper o ciclo de recuperação gradual da economia moçambicana após a desaceleração registada em 2016 e 2017. Em 2018 a economia cresceu a 3.3 por cento que, embora esteja abaixo do nível de 2017, tem uma base mais alargada, o que implica que vários sectores da economia estão a recuperar gradualmente. Neste cenário, em Novembro de 2018 o FMI previa para Moçambique um crescimento económico de 3.8 por cento.

Porém...

Como resultado do efeito negativo do ciclone Idai, particularmente nas infra-estruturas, agricultura, transporte e comércio, o crescimento da economia em 2019 deverá ser inferior, seguido de forte recuperação em 2020. No médio prazo, projecta-se uma ex-

pansão mais significativa com o início da produção do Gás Natural Liquefeito (GNL) em 2023.

Em relação à inflação?

O choque de oferta negativo resultante do "Idai" na agricultura e transporte reduziu a disponibilidade de alimentos na Beira e em outros distritos do Centro do país, levando ao aumento de preços dos produtos alimentares, o que poderá ocasionar um pequeno aumento da inflação em 2019, mas ainda em níveis moderados.

A pedido do Governo, o FMI anunciou recentemente um crédito de 118.2 milhões de dólares. Qual é a finalidade e condicionalismos deste crédito?

O crédito enquadra-se na Facilidade Rápida de Crédito (RCF, sigla em inglês) que o FMI disponibiliza aos países-membros de baixo rendimento, com necessidade de assistência de emergência resultantes de desastres na-

turais, conflitos, entre outras necessidades humanitárias. Assim, com a ocorrência do ciclone Idai, Moçambique tornou-se elegível ao RCF num montante máximo de 37,5 por cento da sua quota no FMI, o equivalente a 118.2 milhões de dólares.

Foi uma resposta muito rápida...

O ciclone ocorreu enquanto decorria a missão do FMI no âmbito do artigo IV e, seguindo a solicitação do governo, o corpo técnico do Fundo preparou o processo e a documentação necessária para aprovação do RCF pelo Conselho de Administração em tempo recorde (menos de 1 mês) relativamente ao processo normal.

Condicionalismos?

O financiamento no âmbito do RCF é concessional e sem juros, não tendo qualquer tipo de condicionalismos, podendo o Governo usa-los numa forma flexível no financiamento da reconstrução

das infra-estruturas e na cobertura das necessidades dos afectados pelo ciclone, pautando pelos princípios de boa governação, particularmente a transparência e prestação de contas.

Que interpretação se pode fazer deste gesto?

Com este apoio, o FMI envia um forte sinal de que este é o momento de todos fazerem esforços adicionais para apoiar o país neste momento crítico. Espera-se que este financiamento tenha papel catalítico na medida em que poderá estimular financiamentos bilaterais e multilaterais dos outros parceiros.

DÍVIDAS NÃO DECLARADAS

Como avalia a cooperação do Governo com o FMI no quadro do dossier das dívidas não declaradas?

Esse é assunto da justiça moçambicana e de outras jurisdições directa ou indirectamente envolvidas. O FMI não comenta, nem se envolve nos assuntos de justiça dos países-membros, pois respeita a sua soberania. Não comenta também sobre as negociações em curso entre o Governo e seus credores comerciais. Não obstante, o FMI

O financiamento no âmbito do RCF é concessional e sem juros, não tendo qualquer tipo de condicionalismos, podendo o Governo usa-los numa forma flexível no financiamento da reconstrução das infra-estruturas e na cobertura das necessidades dos afectados pelo ciclone

Retoma da cooperação

O representante do FMI é citado por canais noticiosos como tendo afirmado que a relação desta instituição com Moçambique ao longo deste ano vai se basear estritamente no artigo IV (Consultas e assistência técnica). Que motivos levam à manutenção deste cenário e em que contexto será retomada a cooperação plena?

As consultas no âmbito do artigo IV são um processo contínuo e ocorrem em todos países-membros do FMI. No âmbito do artigo IV dos seus estatutos, o FMI visita regularmente os países-membros para avaliar a evolução económica e financeira e discutir as políticas económicas e financeiras com funcionários do governo, dos bancos centrais e outros intervenientes relevantes.

Com que finalidade?

Essa monitoria regular visa identificar fraquezas que estejam a causar ou que podem causar instabilidade financeira ou económica e resultam em recomendações de política para a sua mitigação ou solução. Na componente de assistência técnica, o FMI tem um programa robusto que inclui treinamento e apoio de especialistas internacionais aos servidores públicos de diversas instituições moçambicanas num amplo leque de temas relevantes.

A questão é quando será retomada a cooperação plena?

Os programas financeiros e não financeiros do FMI requerem compromissos de longo prazo por parte das autoridades dos países-membros. Neste contexto, dado o período eleitoral em curso, discussões sobre um eventual novo programa ocorrerão somente após as eleições, caso o futuro Governo em Moçambique assim o deseje.

O FMI e as demais entidades que antes apoiavam o Orçamento do Estado agora prestam assistência directa aos sectores e programas. Que avaliação faz dessa cooperação e quais são os principais ganhos e desafios desse modelo?

Primeiro é importante notar que os financiamentos do FMI não são para assistência directa a sectores ou programas, mas sim apoiar países-membros com problemas ou com potenciais problemas na balança de pagamentos para repor as suas reservas internacionais, estabilizar as suas moedas, manter a sua capacidade de pagar as importações e restaurar as condições para um crescimento acelerado. Os doadores têm várias modalidades de financiamento ao país, dentre as quais o apoio directo ao orçamento ou assistência directa aos projectos ou sectores específicos.

A quem compete determinar o modelo?

A decisão sobre a modalidade de assistência mais adequada compete a cada parceiro e ao governo dentro do seu quadro de cooperação bilateral.



tem acompanhado de perto os esforços do Governo nestas negociações, pois o seu desfecho terá implicações, entre outras, na sustentabilidade da dívida pública.

O mundo exigiu que Moçambique fosse proactiva e a investigação das dívidas e que tomasse medidas para a responsabilização dos envolvidos. Que leitura faz das recentes detenções?

Como disse anteriormente, o FMI não comenta sobre matérias a cargo da justiça dos países-membros. No entanto, continuamos a encorajar as autoridades a tomarem medidas de reforço da transparência e prestação de contas. Nesta linha saudamos os esforços em curso, com a assistência do FMI, da elaboração de um relatório de diagnóstico da governação e corrupção nas áreas mais relevantes para a actividade económica e encorajamos a sua publicação logo após a conclusão.

Acredita que as medidas até aqui tomadas pelo país em termos de ampliação do rigor fiscal e de responsabilização são suficientes para estabilizar a relação com as instituições financeiras internacionais?

O Governo está a realizar um esforço fiscal significativo, porém ainda há desafios que o país enfrenta, requerendo que a consolidação fiscal continue.

Que desafios?

Por exemplo, o défice fiscal ainda continua muito elevado e a dívida pública numa situação de "distress" (angústia). Nota-se um esforço claro para a melhoria da governação em

Moçambique, tendo estado as autoridades a responsabilizar várias individualidades por vários crimes, a reformar a administração pública e a elaborar um diagnóstico da governação e corrupção que será a base para elaboração de um plano de acção. Estes esforços vão contribuindo para a melhoria da confiança dos investidores, incluindo as instituições financeiras internacionais.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

É possível assegurar que o país tenha um sector privado forte no contexto actual em que convive com limitações orçamentais que levaram ao corte de despesas em bens e serviços na ordem de 40 por cento em 2016 e anos seguintes?

O Estado é uma fonte importante de contratos para o sector privado, sendo, por isso, o seu maior dinamizador. Adicionalmente, o Estado tem papel crucial na melhoria do ambiente de negócios através da provisão de infra-estruturas e outros bens e serviços públicos que na sua ausência aumentariam os custos de transacção do sector privado. Neste sentido, o corte da despesa em bens e serviços tem impacto negativo para o sector privado. Porém, estes cortes eram necessários para garantir sustentabilidade fiscal e estabilidade macroeconómica.

Eram mesmo?

Caso não tivessem sido realizados, poderiam ter impacto negativo maior no sector priva-

do.

Como?

Por um lado, poderiam ser acumulados pagamentos em atraso aos fornecedores, o que diminuiria a credibilidade do Estado e afectaria negativamente a situação das empresas privadas. Por outro, dada a limitação do financiamento externo, o Estado teria que se financiar com recurso ao crédito interno, o que reduziria o crédito disponível ao sector privado, pressionando ainda mais as taxas de juros. É importante ressaltar que um

A apreciação do FMI é positiva. A partir do último trimestre de 2015 o Banco de Moçambique vinha implementando uma política monetária restritiva para conter as pressões inflacionárias

ambiente macroeconómico estável constitui um pilar fundamental para promoção de investimentos privados, favorecendo um bom ambiente de negócios. Assim, como recomendado pelo Banco Mundial no relatório Doing Business-2019, o Estado deve continuar a fazer reformas para melhoria do ambiente de negócios através da remoção de obstáculos para a realização de investimentos, com destaque

para abrir negócios, executar contratos e aceder ao crédito.

Que apreciação faz das medidas macroeconómicas adoptadas pelo Banco de Moçambique para estabilizar a moeda e economia?

A apreciação do FMI é positiva. A partir do último trimestre de 2015 o Banco de Moçambique vinha implementando uma política monetária restritiva para conter as pressões inflacionárias. Como resultado, a inflação caiu de 26,5 por cento em Novembro de 2016 para 3,5 por cento em Março de 2019 e a taxa de câmbio mantém-se relativamente estável. Com a inflação estável, o Banco de Moçambique, desde Abril de 2017, tem vindo a aliviar cuidadosamente a política monetária e, embora as taxas de juro permaneçam elevadas em termos reais, a contracção do crescimento do volume total do crédito desacelerou desde Dezembro de 2017 e o crédito ao consumo tem estado a melhorar. O FMI recomendou ao Banco de Moçambique continuar com a redução gradual e cuidadosa das taxas de juros, mas permanecer vigilante aos efeitos de segunda ordem sobre a inflação do choque de oferta a partir do ciclone Idai.

O Governo adoptou medidas de políticas macroeconómicas e fiscais mais restritivas num acordo feito com o FMI em 2016. Essas medidas devem ser mantidas ou levantadas no presente contexto em que a economia parece fluir, ainda que a ritmo mais lento do que no passado?

O Governo tem estado a im-

plementar reformas e consolidação fiscal desde 2017. Este esforço fiscal incluiu a eliminação dos subsídios aos combustíveis e ao trigo, adopção dum mecanismo de ajustamento automático de preço dos combustíveis e ajuste das tarifas da electricidade e dos transportes públicos, colocando estes preços mais próximos dos níveis da recuperação de custos.

Entretanto...

Apesar destes esforços terem contribuído para a redução do défice fiscal primário, o défice fiscal global em 2018 permaneceu relativamente elevado e a dívida pública continua numa situação de alto risco. Face a este cenário, o FMI recomenda a manutenção da consolidação fiscal a médio prazo e o financiamento do Orçamento do Estado através de donativos e créditos altamente concessionais. Adicionalmente, é importante obter acordo com os credores das dívidas comerciais para trazer os indicadores da dívida pública para uma trajectória sustentável, bem como reforçar a monitoria da carteira.

E em relação à política monetária?

Relativamente à política monetária, dado o cenário inflacionário benigno e expectativas de inflação ancoradas, o FMI encoraja o Banco de Moçambique a prosseguir com o relaxamento gradual das suas taxas de referência por forma a reduzir as taxas de juros reais de mercado, o que poderia estimular o crédito ao sector privado, em particular para as pequenas e médias empresas.